



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 14 horas do dia 7/7/16, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Professor Wendel e com a presença do vereador Arnaldo Godoy, deixou de reunir-se, por falta de quórum, a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Registre-se que: a) esta reunião estava marcada para iniciar-se às 13h30min; b) deixaram de ser apreciadas nesta reunião as seguintes proposições: Requerimento de Comissão nº 351/16; projetos de lei nºs 1.560/15 e 1.929/16; Ofícios SMGO nºs 204 e 241/16. Mesmo não havendo quórum, o presidente abriu os trabalhos para a realização da Audiência Pública com a finalidade de discutir “os problemas enfrentados pelos feirantes da Feira de Convivência do Mineirão”. Esta audiência foi solicitada por meio do Requerimento de Comissão nº 304/16, de autoria do vereador Professor Wendel. A reunião foi transferida para o Plenário Helvécio Arantes. O presidente convidou para tomar assento à mesa: 1) o representante dos feirantes da Feira de Convivência do Mineirão, Emerson Borges dos Santos; 2) o advogado Lucas Martins da Silva; 3) o gerente regional de promoções e eventos esportivos de recreação, lazer e feiras, Cláudio Augusto de Souza; 4) o gerente regional de políticas sociais, Jefferson Izidoro de Abreu. O presidente discorreu acerca do surgimento da Feira de Convivência do Mineirão e das transformações pelas quais passou ao longo do tempo. Ressaltou o papel do Legislativo na política, lembrando que uma de suas funções é fiscalizar os atos do Executivo. Mencionou que a Feira do Mineirão surgiu a partir de uma proposta positiva e pontuou a importância da

A handwritten signature in black ink, appearing to be the initials 'W' or 'Wendel', enclosed in a circular scribble.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

discussão sobre o tema, lembrando que os atuais feirantes disputaram uma concorrência pública disposta em edital e pagam ao poder público para exercer suas atividades. Disse que, como qualquer empreendimento público, a Feira da Convivência do Mineirão é passível de melhorias. Falou que esta Casa, através desta comissão, tendo em vista as discussões a serem feitas nesta audiência, encaminhará as demandas dos presentes às autoridades competentes para as soluções dos problemas e providências necessárias. O advogado Lucas Martins da Silva cumprimentou o presidente e os demais presentes nesta audiência. Manifestou o repúdio dos feirantes à ausência de representante da Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha. Apresentou os seguintes tópicos acerca de questões que envolvem interesses dos feirantes da Feira da Convivência do Mineirão: 1) o valor das mensalidades, pois os feirantes reivindicam que se unifique e se iguale o valor da taxa anual; 2) caixeiros, *foodtrucks* e vendedores ambulantes que prejudicam as atividades dos feirantes legalizados; 3) instalação de banheiros químicos pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - conforme edital, obrigação da PBH que não vem sendo cumprida; 4) instalação de barracas em eventos atípicos de forma facultativa; 5) a documentação referente à isenção de débitos anteriores prometida pela Regional Pampulha (tais débitos consistem em dívidas dos barraqueiros para com a PBH), pois tal situação ainda não foi resolvida e gera insegurança aos feirantes; 6) alteração do trânsito na saída do estacionamento; 7) fechamento das vias, no período de pré e pós montagem, no local onde são instaladas algumas barracas. O presidente frisou que há alguns meses foi entregue ao secretário Municipal de Serviços Urbanos documento com algumas demandas dos feirantes, tais como o prolongamento do horário da feira, o aprimoramento de fiscalização de caixeiros clandestinos, a revisão do preço pago à PBH, entre outras questões. Cláudio Augusto de Souza alegou que alguns tópicos apresentados pelos feirantes não dependem do secretário de Administração Regional Municipal Pampulha, nem da área de sua



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gerência ou do gerente de políticas sociais. Disse que percebeu a falta de convite à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTrans - para participar desta audiência, bem como a Guarda Municipal de Belo Horizonte, pois seria fundamental a presença de representantes de tais entidades nesta audiência. Pontuou a importância de debate para encontrar uma solução para o caso dos feirantes. Afirmou que o Edital nº 001/15, que trata da Feira de Convivência do Entorno do Mineirão, foi elaborado para atender interesses da comunidade do lugar. Falou que a região estava sendo tomada por caixeiros e outros vendedores irregulares, também havia pessoas urinando em vias públicas. Afirmou que, então, havia necessidade de regularizar a situação e a solução encontrada foi a criação da feira. Disse que o edital foi confeccionado e distribuído a todos os interessados. Fez a leitura do preâmbulo do referido edital (licitação de concorrência acerca de uso de espaço público) e fez algumas considerações acerca do mesmo. Avaliou que ocorre uma concorrência desleal dos feirantes com os caixeiros e que a fiscalização da PBH tem buscado solucionar a questão, mas afirmou que é difícil inibir os caixeiros, pois estes são ambulantes e não se fixam em um ponto. Disse que a PBH tem feito um trabalho de inteligência para verificar os locais onde os caixeiros atuam, visando regularizar a situação. Alegou que, quanto à questão do preço reivindicado pelos feirantes, o secretário Regional Municipal buscou a Secretaria Municipal de Tesouro para tratar do assunto, mas teve uma negativa como resposta, pois foi alegado que a matéria foi estabelecida pelas condições fixadas no edital, que deve ser cumprido. O gerente regional de políticas sociais, Jefferson Izidoro de Abreu, lembrou que, quando a feira foi criada, um dos objetivos almejados era a geração de renda. Disse que são conhecidas as dificuldades que os feirantes encontram no local, e alegou ter certeza de obter êxito no que se refere aos encaminhamentos das reivindicações apresentadas nesta audiência às autoridades competentes. O presidente, vereador Professor Wendel, solicitou aos representantes da PBH

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the name 'Wendel'.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que levassem sua manifestação sobre o tema ao secretário de Administração Regional Municipal Pampulha. Lamentou a ausência de representantes da Secretaria de Serviços Urbanos e do secretário Adjunto de Fiscalização. Disse que os feirantes são vencedores de um edital público e que é preciso solucionar a situação dos caixeiros, vendedores irregulares que prejudicam os feirantes. Pontuou a relevância da melhoria dos banheiros químicos. Jefferson Izidoro de Abreu disse que, nos próximos dez dias, os banheiros químicos estarão melhorados e regularizados. O presidente solicitou aos representantes da PBH, Cláudio Augusto de Souza e Jeferson Isidoro de Abreu, que sejam tomadas providências para ser resolvida a questão sobre a isenção, regularização e/ou quitação dos débitos dos feirantes com o Município, bem como a solicitada alteração do trânsito na saída do estacionamento para atender aos anseios dos feirantes. Acrescentou que é relevante fazer uma reunião com a BHTrans para pressioná-la a apresentar uma solução sobre o trânsito do local, de modo célere. Pontuou a importância da continuidade da isenção do pagamento de taxas até que se busque a solução dos problemas da feira, principalmente no tocante ao lucro dos feirantes. Quanto ao valor da mensalidade, lembrou que tal valor foi previamente fixado em edital e disse que o assunto é complexo, pois qualquer alteração pode acarretar problemas jurídicos e com o Ministério Público, sendo necessário fazer um estudo aprimorado tendo em vista o disposto em lei. Registre-se a presença do vereador Gilson Reis. Cláudio Augusto de Souza disse que a feira iniciou-se em 15/2 e, tendo em vista o disposto no edital, o pagamento das guias está previsto para a próxima semana, lembrando que o não pagamento enseja penalidades, conforme previsão do edital. Pontuou que, apesar dos ônus previstos no edital, o poder público deseja que a feira obtenha êxito. O presidente observou que não é satisfatória a atual condição em que se encontra a Feira de Convivência do Mineirão. Afirmou que o Legislativo buscará intermediar as discussões dos feirantes com o Executivo. Lembrou que haverá uma reunião no dia 13/7, às

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

10 horas, com o secretário de Finanças do Município, na Rua Espírito Santo nº 605, 5º andar, e disse que os feirantes devem eleger quatro representantes para participar da reunião. Foi concedida a palavra aos presentes inscritos. 1) Alberto apresentou sua reivindicação, alegando que os carrinhos de lanche devem obedecer a distância das barracas estabelecida no edital. 2) Machado reclamou da quantidade de caixeiros, pois alegou que são muitos e prejudicam o comércio das barracas legalmente estabelecidas. 3) Forbes alegou que não ouviu nenhuma coisa boa para os feirantes na presente audiência. Disse que gastou R\$12 mil para pagar sua barraca visando realizar seus negócios. Afirmou que já foi ameaçado por caixeiros que, diariamente, fazem diversas afrontas aos feirantes. Alegou que os caixeiros vendem seus produtos a um preço abaixo dos oferecidos pelos feirantes, ocasionando uma concorrência desleal. 4) Márcia Santana afirmou que o local onde trabalha na feira, setor 4, é mal iluminado e há formigueiros no lugar. Perguntou quando a PBH apresentará alguma solução para o setor. Falou que as vendas são insuficientes. Mencionou que alguns torcedores chegam a fazer churrascos em vias públicas no local, levando mesas para se instalarem, atitude essa que chega a desrespeitar os feirantes. 5) Julio César afirmou que sua barraca está instalada no setor 2, mas ponderou que todos os quatro setores da Feira de Convivência do Mineirão devem ter seus problemas solucionados. Lembrou que, quando a feira foi inaugurada, os feirantes tinham expectativa de lucro, mas que, com o transcorrer do tempo, a PBH diminuiu a fiscalização no local e os banheiros químicos ficaram esquecidos. Pontuou que é necessário ter condições favoráveis para que os feirantes trabalhem normalmente no local. Jefferson Izidoro de Abreu afirmou que será feita avaliação da feira nos próximos dias, conforme previsto no edital, para analisar possíveis mudanças e alterações. 6) Renato Guedes manifestou sua indignação acerca do fechamento da rua, que complicou a situação dos feirantes no local. Disse que um caminhão veio a atingir sua barraca, quase provocando um

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'W' or 'V' inside an oval.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sério acidente. Alegou que os caixeiros atuam no local complicando ainda mais a situação. Pontuou ser importante a presença de algum representante da BHTrans na discussão. 7) Silvia Helena falou que os feirantes não estão obtendo lucro. Ponderou que é preciso reavaliar a situação, pois a realidade vivenciada pelos feirantes não condiz com as expectativas ligadas à licitação realizada, tendo em vista que a situação não está favorável, economicamente, aos feirantes. 8) Evandro Máximo afirmou que falta fiscalização no local. Disse ser necessária fazer alguns ajustes, tal como realocamento das barracas e mudança no trânsito. Ressaltou que a prefeitura deve fiscalizar os caixeiros e inibi-los de trabalhar. 9) Daniele Cardoso mencionou a necessidade de resolver a questão da permanência das barracas após o jogo, pois seria viável para os feirantes que suas barracas ficassem no local depois dos eventos esportivos (para não haver desperdício de mercadorias). 10) Wellington Fagundes manifestou ser favorável à mudança de local das barracas para viabilizar o comércio para todos os feirantes, pois alguns locais são prejudiciais às vendas de algumas barracas. Disse que tal situação depende da BHTrans e lamentou a ausência de representantes dessa empresa na presente audiência. Evandro Máximo expôs questões relacionadas à interpretação do edital no que tange à preferência de ocupação de pontos vagos, alegando que se deve priorizar os atuais feirantes em relação aos excedentes que têm sido convocados, tendo em vista a ordem de classificação prevista no referido documento, o que não está acontecendo. Disse ser necessário definir as regras acerca do horário de permanência das barracas no local. O presidente avaliou que a situação precisa ser resolvida e sugeriu que se poderia tentar solucionar o problema por meio de sorteio entre os feirantes para a escolha de locais e pontos vagos para instalar suas barracas. Cláudio Augusto de Souza disse que o edital proíbe sorteios. Afirmou que, no que tange à permanência das barracas no local após os jogos, será feito levantamento com a PBH e a vigilância sanitária. Disse que, por questão de segurança

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dos próprios feirantes, pode haver limitações dos horários de funcionamento das feiras; além disso, disse que o barulho da movimentação também é fator que limita a questão do horário de funcionamento. Ponderou que algumas situações que se verificam no local não são da alçada da PBH, como as ameaças de caixeiros aos feirantes, afirmando que tal problema compete à polícia. Discorreu sobre alguns pontos do edital. Disse que a solução dos problemas da feira não depende apenas da Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha, havendo necessidade da atuação de outros órgãos públicos, como a Polícia Militar e a BHTrans. Alegou que o que depende da Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha está sendo feito. Jefferson Izidoro de Abreu afirmou que levará ao secretário Municipal de Finanças as reivindicações dos feirantes, buscando dar um retorno o mais breve possível. Cláudio Augusto de Souza esclareceu que há uma legislação específica que disciplina o funcionamento de *foodtrucks* e que existe, na região da Pampulha, uma área permitida para que esses veículos possam ficar. Reforçou a necessidade de solucionar os problemas apresentados pelos feirantes, mas lembrou que, no setor público, as decisões devem ser tomadas levando-se em consideração a competência de vários órgãos públicos. O presidente solicitou aos feirantes que escolhessem quatro representantes para participar da reunião no dia 13/7, às 10 horas, para tratar do assunto com o secretário Municipal de Finanças. Sugeriu que se faça, ainda, uma reunião na Regional Pampulha com a participação de representantes dos quatro setores que compõem a Feira de Convivência do Mineirão, da Polícia Militar, da BHTrans e da Guarda Municipal de Belo Horizonte para discutir os problemas existentes no local. Disse que fará encaminhamento das reivindicações dos feirantes ao Executivo para que se possa chegar a uma solução. Daniel disse que a Polícia Militar, BHTrans e representantes da fiscalização municipal deveriam ter participado desta audiência, pois seria possível esclarecer alguns pontos acerca do funcionamento do comércio dos feirantes no local. O





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presidente pediu desculpas por não ter convidado a BHTrans para participar desta audiência. Solicitou que se fizesse a escolha dos representantes de cada setor da Feira de Convivência do Mineirão para participar da reunião supracitada. Ficou definido que Emerson Borges seria o representante do setor 1, Larissa Regina Santana representaria o setor 4 (sua mãe Márcia Santana esteve presente nesta audiência e ficou acordado que Larissa, por ser titular, viesse a representar o setor 4), Júlio César representaria o setor 2 e Wellington Fagundes seria o representante do setor 3. Nada mais havendo a ser tratado, o vereador Professor Wendel declarou encerrados os trabalhos às 16h10min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)
distribuída em avulso, no dia 20/07/16, não
foi apresentada impugnação no prazo regimental.
04/08/16


Presidente